



**BELEM TEM QU
NO NÚMERO DE R**

**VIDA DE
CIRCO**

**DE CORPO
E ALMA**

CLIPPING



17 de
MAIO
2022

EMPOUCASLINHAS

➤ A Coordenação de Diversidade do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará promoverá, hoje, a partir das 15h, um ciclo de palestras para marcar o Dia Internacional de Combate à Homofobia. O evento será no campus universitário do Guamá.

➤ **Os debatedores serão os advogados Davi Almeida e Hugo Mercês, o juiz de Direito Agenor de Andrade e a fundadora do coletivo “Lesbo-amazônidas”, Simara Ismael.**

➤ Há 13 anos, o Brasil ocupa o topo da lista de países que mais matam pessoas LGBTQIA+ em todo o mundo.

➤ **O Poder Judiciário vai reunir, hoje, as presidentes dos quatro**

principais tribunais no Estado para o evento de abertura da programação da 20ª Semana de Museus e da Memória Judiciária Paraense.

➤ O encontro será às 10h30, no Centro Cultural da Justiça Eleitoral, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Como parte da programação será aberta a exposição “Novos olhares sobre as eleições do Pará”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ESTUPRO DE VULNERÁVEL

Registros caem 24% no Pará, aponta Segup

REDUÇÃO - Entre janeiro e abril deste ano, ocorreram 769 casos de abusos sexuais contra crianças e adolescentes, segundo levantamento feito pela secretaria

EDUARDO ROCHA
Da Redação

Levantamento da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) indica que, de janeiro a abril de 2022, foram registradas 769 ocorrências de estupro de vulnerável. Esse total representa uma redução de 24% em relação ao mesmo período do ano de 2021, quando 1.006 registros foram realizados, de acordo com a Secretaria. Já a 1ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente (VCCA), do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que possui abrangência em Belém, registrou 524 casos de estupro de vulnerável em 2021. De janeiro até 5 de maio, mais 135 casos foram registrados, sendo 10 qualificados (agressão agravada ou morte).

A juíza Mônica Maciel Fonseca, coordenadora da 1ª VCCA, ressalta a relevância de campanhas como o Maio Laranja, que tenham foco no combate e na orientação sobre como ocorrerem esses tipos de violações - geralmente no ambiente familiar - para que sejam evitadas consequências nefastas na vida de crianças e adolescentes. "A maioria dos casos de violência sexual ocorre no ambiente intrafamiliar, e as vítimas, muitas vezes, se sentem culpadas pelo abuso e não encontram apoio na família para fazer a denúncia. E as consequências na vida das vítimas são muito graves, podendo levar a ideações suicidas e até à morte", enfatiza a magistrada.

O número de notificações



A juíza Mônica Maciel destaca que "a maioria dos casos de violência sexual ocorre no ambiente intrafamiliar"

de exploração sexual de adolescentes ainda é baixo, segundo a juíza. "Há necessidade de se buscar evitar que a sociedade tente banalizar ou até naturalizar essa prática, com consequências igualmente sérias na vida das vítimas, podendo levar à evasão escolar", exemplifica.

"Segundo o site Maio Laranja, há dados que sugerem que somente 7,5% dos crimes contra a criança e o adolescente chegam a ser denunciados às autoridades, ou seja, os números na verdade são muito maiores", divulga o TJPA.

O TJPA informa, que em 2022, até o dia 4 de maio, já foram recebidos 245 processos na 1ª VCCA, considerando ações penais e cautelares. Entre eles, 125 estupros de vulnerável; 13 importunações sexuais; três crimes de satisfação de lascívia na presença de crianças e dez estupros qualificados. Nos anos anteriores, os números foram

ainda maiores. Em 2020, ingressaram 939 processos na 1ª VCCA, considerando ações penais e cautelares. Já em 2021, a Vara recebeu o total de 959 processos, considerando ações penais e cautelares.

De acordo com o site Maio Laranja, como informa o TJPA, a cada hora, três crianças são abusadas no Brasil. Mais da metade delas têm entre 1 a 5 anos de idade. Todos os anos, também, cerca de 500 mil crianças e adolescentes são explorados(as) sexualmente no País.

A 1ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente recebeu por ano, em 2020 e 2021, cerca de 900 processos, que incluem ações penais e cautelares dessa natureza. A juíza Mônica Maciel Fonseca explica que mais da metade dos casos notificados é referente a crimes de estupro de vulnerável, ou seja, praticados contra menores de 14 anos de idade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Advogado alerta para subnotificações

Na avaliação do advogado Irlan Menezes, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB/PA), “os números são altos e atestam a falha do Estado, da família e da sociedade em cumprirem seu dever constitucional de proteger essa população”. Ele observa que tais números não contemplam a totalidade de casos, considerando-se a grave situação de subnotificação de 90%, segundo indicam os estudos - o que corresponderia a 1.235 crianças e adolescentes no referido período.

Sobre a redução em 24% dos casos de janeiro a abril de 2022, em comparação ao mesmo período em 2021, Irlan Menezes considera que “em que pese, num primeiro momento, a aparente redução de casos de estupro de vulnerável registrados, é preciso ter cautela”. “Seria prematuro dizer que essa queda seja de fato uma decrescente de casos; por mais que muitas ações tenham sido tomadas na prevenção do crime, podem existir vários fatores externos que dificultem a notificação, como, por exemplo, o aumento de poder do abusador em face da vítima nesse período de pandemia, seja com ameaças, alienação ou mesmo persuasão para que não se

revelem os fatos”, acrescenta.

Em termos de estrutura de prevenção e combate aos casos de estupro de vulnerável, o advogado pontua ser necessário expandir medidas já existentes, de modo a torná-las mais eficazes, como as campanhas de orientação para pais e professores; a implementação de educação infantil sobre os limites do corpo; a condução da sociedade para a desconstrução da visão objetificada da criança e a conscientização de que esta é um sujeito de direito; qualificação dos agentes de segurança para o aprimoramento na condução destes delitos; e a capacitação de profissionais da rede de apoio.

“Ainda, pode ser feito um acompanhamento mais próximo do público de risco através da implementação de um sistema de vigilância com uma equipe multidisciplinar similar ou trabalhando em conjunto com o Programa Saúde da Família (PSF)”, enfatiza o operador do Direito.

Irlan Menezes salienta que a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é de cunho participativo nas políticas públicas, como, por exemplo, por meio da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que entre outras ações busca a proteção integral dos seres em

desenvolvimento, mediante a promoção de palestras, campanhas e atuação nas escolas e entidades ligadas ao poder público.

Amanhã, transcorre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil no Brasil. A data, instituída em 2000, se deve ao assassinato de Araceli, de 8 anos, no dia 18 de maio de 1973. A criança foi drogada, estuprada e morta por jovens de classe média alta, em Vitória (ES). Apesar de sua natureza hedionda, o crime até hoje permanece impune.

Nesta data, a Escola Judicial do Estado do Pará (EJPA) realizará um webinar com o tema “Abuso Sexual Infantil - Um Grave Problema de Saúde”, das 16 às 18h via plataforma online da EJPA. Já no dia 20 de maio, será exibido o documentário “Um Crime Entre Nós”, às 9h.

Como denunciar:

- 📞 **Se tiver acontecido no mesmo instante:** ligue para o **190**.
 - 📞 Ou pelo **181** (Disque Denúncia), assim como pelo WhatsApp do Disque Denúncia: **(91)98115-9181**
-

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VIOLÊNCIA EM ALTAMIRA

Governador
aponta para
ação de facções
criminosas

INVESTIGAÇÃO - Helder Barbalho afirma que a morte de quatro pessoas, no último sábado, pode estar relacionada à disputa entre grupos criminosos rivais

ANA LAURA CARVALHO E
VALÉRIA NASCIMENTO
Da Redação

A onda de violência que vem sendo registrada em Altamira, no sudoeste paraense, pode estar relacionada a conflitos entre facções criminosas. O alerta foi feito pelo governador Helder Barbalho, durante coletiva de imprensa concedida, no último domingo (15), em Altamira, sudoeste do Estado, onde o governador esteve pessoalmente para participar de uma reunião de emergência sobre os crimes. "As linhas previamente estabelecidas de investigação nos levam a perspectivas reais de punição, apreensão dos criminosos envolvidos fundamentalmente no conflito entre facções criminosas", afirmou o governador.

Helder Barbalho destacou que o município de Altamira registrou redução nos índices de assassinatos, desde o início do ano. Disse, ainda, que os acontecimentos mais recentes são uma situação atípica. O governador defendeu o diálogo com o Ministério Público e Poder Judiciário "para que haja celeridade nas decisões de cautelares, já que as linhas investigativas proferidas pela Polícia Civil nos colocam claramente aquilo que está gerando este aumento de criminalidade, especificamente aqui em Altamira".

Ontem, Comitês Integrados de Segurança Pública e Defesa Social (Cispeds), que reúnem os representantes dos órgãos de segurança pública regional, estabeleceram o Núcleo Provisório de Inteligência Integrado e deflagraram a terceira fase da "Operação Xingu", de combate às ações criminosas, elucidação dos eventos ocorridos nas últimas semanas e garantia de segurança à população, em Altamira.

**Foi formado
ontem o Núcleo
Provisório de
Inteligência
Integrado,
para combater
as ações
criminosas**



Policiamento ostensivo foi reforçado em todo o Estado, especialmente em Altamira



Ualame Machado avalia que a integração fortalece as ações de segurança



A terceira fase da "Operação Xingu" reforçará as ações ostensivas e repressivas pelos próximos 15 dias

O núcleo reúne a inteligência das polícias Militar e Civil e Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), que vão aprofundar a coleta de dados e informações sobre os eventos ocorridos nas últimas semanas, para que a elucidação dos casos ocorra o mais breve possível e os envolvidos, já identificados, sejam localizados.

A terceira fase da "Operação Xingu" reforçará as ações ostensivas e repressivas pelos próximos 15 dias. Dentre as ações, estão incursões, cumprimento de mandados judiciais, barreiras para fiscalizações de veículos, abordagens a pedestres e presença de efetivo em todos os bairros e pontos estratégicos do município.

Para o superintendente regional do Xingu, delegado Walison Damasceno, a integração de todas as forças é de grande importância para o avanço das investigações e a elucidação de todos os crimes ocorridos nas últimas semanas.

Mais de 70 agentes de segurança das polícias Militar e Civil, Detran, Bombeiros Militar, Grupamento Aéreo de Segurança Pública, além do Departamento Municipal de Trânsito e Guarda Municipal, integram as ações desenvolvidas no município. Foram deslocadas 25 viaturas, uma aeronave e um cão guarda, durante as ações ostensivas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Casal é preso suspeito de envolvimento

ANA LAURA CARVALHO
Da Redação

Um casal, que não teve identidade divulgada, foi preso na tarde do último domingo (15), durante uma força-tarefa montada em Altamira. Os suspeitos foram capturados em uma das residências que podem ter envolvidos nos crimes. Eles foram autuados, em flagrante, por tráfico de drogas. Uma quantia de entorpecentes e dinheiro foi apreendida. Os

dois suspeitos estão à disposição do Poder Judiciário.

Desde o último domingo (15), um dia após quatro pessoas serem mortas numa distribuidora de bebidas e outras quatro ficarem feridas, equipes das Superintendências e Comandos Regionais, bem como equipes especializadas, se mobilizaram para reforçar as ações de segurança no município de Altamira.

Agentes da Divisão de Homicídios (DH) estão na cida-

de para atuar com apoio da Polícia Militar, por meio do Batalhão de Operações de Policiais Especiais (BOPE), Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas (Rotam), Batalhão de Ações com Cães (BAC), e ainda, do Regimento de Polícia Montada (RPMOT).

Mais de 60 profissionais da segurança, entre policiais militares e civis, estão realizando, de forma ininterrupta, ações preventivas e repressivas. Paralelo a isso, há um trabalho de inteligên-

cia em curso para identificar e localizar os autores dos crimes ocorridos na noite de sábado (14).

Nas primeiras horas da manhã deste domingo, o governador do Estado, Helder Barbalho, junto a gestores dos órgãos do Sistema de Segurança do Estado e membros do Ministério Público se reuniram com os comandos locais e traçaram estratégias. As medidas são postas em prática na busca dos esclarecimentos dos fatos.

Segup fortalece ações policiais no Estado

VALÉRIA NASCIMENTO
Da Redação

Representantes da Polícia Federal participaram do encontro promovido ontem de manhã pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), com gestores do Sistema de Segurança Pública do Estado e representantes dos órgãos de segurança municipal. A reunião no Centro Integrado

de Comando e Controle teve como objetivo fortalecer e intensificar as ações de segurança para enfrentar a criminalidade no Estado. O secretário de Segurança Pública do Pará, Ualame Machado, avalia que a integração fortalece as ações de segurança intensificadas nos últimos dias, de fundamental importância para enfrentar a criminalidade.

"Nós estivemos reunidos

com órgãos municipais, como as guardas e órgãos de trânsito, as polícias e órgãos que compõem o sistema de segurança do Estado do Pará, além da Polícia Federal; todos os organismos de inteligência dessas forças, os órgãos operacionais, para analisar e avaliar os acontecimentos ocorridos no último final de semana e montar as ações preventivas e ostensivas, a fim de coibir

as ações criminosas", disse Ualame Machado.

A Segup fortalecerá e intensificará as ações policiais nos principais pontos estratégicos da Região Metropolitana de Belém e do Estado, nas áreas previamente mapeadas pelo subsistema de inteligência do Estado. O objetivo é prevenir e coibir ações criminosas e garantir maior segurança à população.

Operação mobiliza forças de segurança

VALÉRIA NASCIMENTO
Da Redação

A Segup deu continuidade ontem à "Operação Impacto", que acontece desde a última sexta-feira (14). O objetivo é o de incrementar o efetivo nas ruas para o enfrentamento à

criminalidade na Região Metropolitana de Belém (RMB), que reúne forças de segurança integradas e intensifica ações e medidas de segurança, dando continuidade à "Operação Impacto".

O ponto de concentração, ontem, foi no Mercado de

São Brás, com a participação de representantes dos órgãos do Sistema de Segurança Estadual e Municipal. A ação visa a coibir e inibir a criminalidade, por meio de medidas preventivas e repressivas, contribuindo assim para a segurança da

população e o combate às ações criminosas. "Ela é lançada em quatro pontos da Região Metropolitana de Belém - São Brás, Icoaraci, Ananindeua e em Marituba, é um exercício de integração dos órgãos de segurança pública", diz Machado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

LINHA DIRETA

O edital do concurso público do Ministério Público do Estado do Pará, lançado na última sexta, 13, foi disponibilizado ontem, 16, também em Braille, dando cumprimento à Lei Estadual 7.601/2012.

Tribunais integram Semana de Museus

Programação é voltada para o resgate e a preservação da memória do Poder Judiciário

CIRCUITO

Da Redação

Nesta semana, todos os Tribunais vinculados ao Estado do Pará se unirão em prol de uma boa causa: a memória do Judiciário. A partir desta terça-feira, os Tribunais de Justiça do Estado do Pará (TJPA), Regional do Trabalho da Oitava Região (TRT-8), Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) e o de Contas do Estado (TCE-PA), realizarão a programação da 20ª Semana de Museus e da Memória do Judiciário Paraense. As atividades seguem até o dia 20 de maio, com um dia de programação voltado para cada Tribunal. A abertura oficial será hoje no TRE-PA, com a presença das autoridades dos órgãos participantes.

Durante a mesa de abertura, haverá uma breve apresentação sobre a importância dos espaços de memória do Judiciário, além do lançamento do Centro de Memória Virtual da Justiça Eleitoral do Pará. Nesse dia, no Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará, também haverá a exposição institucional "Novos olhares sobre as Eleições no Pará" e a apresentação musical de sax com Jurah Cerqueira.

Na quarta-feira, 18, a partir das 9h, no TRT-8, haverá a palestra "O poder dos museus - fonte de pesquisa como aprendizado do Futuro", voltada para adoles-



O Tribunal de Justiça do Estado é um dos quatro tribunais que recebem a programação até quinta-feira. FOTO: RICARDO LIMA/Divulgação

centes. Também haverá um bate-papo com a Curadoria do Memorial do TRT-8, além de apresentação de dança da Companhia Cynthia Charone.

A programação específica do TJPA será na quinta-feira, 19, das 9h às 11h30, na Biblioteca Des. Antônio Koury, no edifício-sede do Poder Judiciário do Estado. O público-alvo são os alunos da Escola Santana

do Aurá. A temática utilizada pelo Museu Judiciário do TJPA, a "Magia do Museu Judiciário", busca explorar a emoção, o sonho e o lúdico, enaltecendo as histórias do Museu Judiciário e do próprio TJPA ao público-alvo, que são crianças de seis a oito anos.

Nesse dia, ocorrerá uma roda de conversa com as crianças para ilustrar as funções de um magistrado

do Poder Judiciário, além de ações interativas sobre as vestimentas de juízes(as) e desembargadores(as). Em seguida, haverá a apresentação do teatro de fantoches "A dona Onça e a Justiça", uma adaptação de um conto desenvolvido por Lúcio Lenis, originário de Leopoldina, em Minas Gerais.

A atividade "Uma doce lembrança da história de Agnano Monteiro Lopes"

também trará histórias sobre parte da trajetória do primeiro desembargador negro a presidir um Tribunal de Justiça no Brasil - o desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes, que esteve à frente do TJPA no biênio 1979-1981.

Há um viés romântico na atividade, com a história sendo contada com uma livre inspiração na obra "Ro-

HISTÓRICO

20ª Semana dos Museus e Memória do Judiciário Paraense

Quando: Hoje até 20 de maio

Onde: TRE-PA (Rua João Diogo - Cidade Velha); TRT-8 (Praça Brasil - Telégrafo); TJPA (Av. Almirante Barroso - Marco); TCE-PA (Trav. Quintino Bocaiuva - Nazaré)

Quanto: Gratuito

meu e Julieta", de William Shakespeare. Por fim, durante a programação do TJPA, haverá uma breve visita ao edifício-sede do TJPA, para que as crianças conheçam as dependências do prédio. "Queremos fazer essas atividades mobilizando as crianças através do viés no lúdico, mas também resgatando o aspecto histórico e a memória dentro do contexto do Poder Judiciário do Pará e dentro do contexto dos quatro Tribunais envolvidos neste evento", destacou o chefe interino do Serviço de Museu e Documentação Histórica do TJPA, Rodolfo Marques.

A programação encerra na sexta-feira, a partir das 10h, no TCE-PA, com a exibição do vídeo institucional "Serzedello: um vulto da República". Haverá ainda visitação guiada, voltada para autoridades e estudantes do ensino superior, no Espaço Cultural do acervo histórico da vida e dos feitos de Serzedello Corrêa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MATOU O EX-COMPANHEIRO MULHER MATA PARA SE DEFENDER

Vítima matou o ex com um golpe de tesoura após ser agredida fisicamente. Ela se apresentou à polícia alegando legítima defesa



O acusado de agredir a ex-companheira levou um golpe de tesoura e morreu
FOTO: DIVULGAÇÃO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Tiago Silva
DE CASTANHAL

No município de São Domingos do Capim, região do nordeste paraense, uma mulher matou seu ex-companheiro com um golpe de tesoura na

região do tórax. A mulher alegou legítima defesa e depois foi liberada da Delegacia. O fato ocorreu na tarde de domingo (15), por volta das 16h.

Uma guarnição da Polícia Militar recebeu informações sobre um caso de violência doméstica dentro de uma residência, localizada às proximidades da ponte de Murumuru, área do bairro Centro de São Domingos do Capim. No local, foi encontrado um

homem lesionado com um golpe de tesoura na região do tórax.

Também foi encontrada uma mulher bastante machucada, principalmente na região do rosto. Ao ser questionada sobre o que tinha acontecido, Irene de Jesus Azevedo, de 43 anos, disse que foi vítima de lesão corporal praticada pelo seu ex-companheiro, identificado como Leandro Maciel Cardoso, de 34 anos. Irene disse que Leandro chegou

alcooolizado procurando confusão e passou a agredi-la fisicamente e verbalmente.

“Ele (Leandro) bateu muito no meu rosto, inclusive me deu um soco tão violento na boca que três dentes meus quebraram”, disse Irene. Ela informou ainda que, para se defender, pegou uma tesoura e desferiu um golpe no tórax de Leandro. Ele foi socorrido, mas morreu logo que deu entrada no hospital.

Na Delegacia de Polícia Civil de São Domingos do Capim, o caso foi registrado como legítima defesa e Irene de Jesus Azevedo foi liberada pelo delegado de plantão. Segundo a PM, contra Leandro Maciel Cardoso existiam algumas ocorrências de violência doméstica no âmbito familiar contra a mulher. Ainda segundo a PM, contra Leandro existia em aberto uma medida protetiva expedido pelo Poder Judiciário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**TERÇA-FEIRA**

ACUSADO DE MATAR ATOR DE
'CHIQUITITAS' É PRESO EM SP
PÁGINA 2

Diário do Pará

POLÍCIA**EM TERRA ALTA**

SUSPEITO FLAGRADO COM MACONHA É PRESO

TRÁFICO DE DROGAS

Tiago Silva
DE CASTANHAL

Um suspeito foi preso após ser flagrado com maconha na zona rural do município de Terra Alta, região do nordeste paraense. A prisão aconteceu durante a madrugada do último sábado, 14, por volta das 4h.

Policiais militares de serviço na viatura 0536 estavam realizando rondas pela rodovia PA-136 quando, às proximidades da comunidade de Moca-jubinha, foram abordados por um homem suspeito que dis-

se estar perdido e perguntou onde seria a entrada do município de Vigia.

Os policiais militares observaram que a jaqueta do suspeito estava "tufada", como se tivesse escondendo algo. Ao ser questionado sobre o que tinha na jaqueta, o homem respondeu que era maconha (aproximadamente 300g).

O suspeito, identificado como Edinelson de Albuquerque disse aos policiais militares que reside na comunidade de Santa Maria da Barreta, área do município de São Caetano de Odivelas. Edinelson foi apresentado na Delegacia de Polícia Civil de Terra Alta, onde foi autuado em flagrante pelo crime de tráfico de droga.



A droga estava escondida na jaqueta de um suspeito
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RC REPÓRTER
CARAJÁS

CONCURSO

MP ABRE 169 VAGAS COM SALÁRIOS DE ATÉ R\$ 4.456,79

O Ministério Público do estado divulgou o aguardado edital que abre 169 vagas e cadastro reserva em carreiras de nível médio e superior para lotação em várias unidades do estado. As inscrições começam no dia 23 de maio. O edital do concurso MPPA prevê ainda formação de cadastro reserva para mais chamadas no decorrer da validade. O concurso está a cargo da banca Consulplan, que aplicará as provas em agosto de 2022.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça Eleitoral do Pará debate perspectiva de gênero e discriminação

- 16 de maio de 2022



Foto: TRE-PA

Compartilhe

Assédio, questões de gênero e atos discriminatórios no Judiciário foram temas debatidos, na sexta-feira (13/5), em evento promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA). No centro dos debates, o [Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero](#), lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no ano de 2021, e os impactos da violência no ambiente de trabalho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Para a presidente do TRE-PA, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, “os espaços precisam ser construídos para que hajam determinados debates na busca por uma sociedade mais igualitária. Os jovens, que aqui estão, precisam conscientizar-se e assumir o papel do processo político que nos trará políticas públicas efetivas e que confirmem à sociedade as suas necessidades.” O evento contou com a participação alunas e alunos do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará.

Já a juíza Rosa Navegantes de Oliveira, presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e supervisora da Comissão de Incentivo à Participação Feminina no Tribunal, destacou a relevância dos temas. “O Protocolo é de absoluta necessidade para que todas as pessoas ligadas ao Judiciário conheçam esse guia sobre a perspectiva de gênero, o que deve ser um incentivo à participação feminina no Poder Judiciário e contribui para a igualdade dos gêneros, diminuindo o preconceito.”

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Pará, César Mattar Júnior, reforçou que a equidade de gênero vai além do que se costuma pensar. “A audiência aqui é maciçamente feminina e o fato de ser o único homem nesta mesa me faz sentir incluído neste processo. Quando se fala em igualdade dos gêneros, não se trata apenas de oportunidades iguais para homens e mulheres, mas que, dentro de um mesmo ambiente, sejam reconhecidos os mesmos tratamentos para quem tem qualificação e competência para ocupar cargos na iniciativa pública ou privada.”

Perspectiva de Gênero

O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero foi criado para capacitar e orientar a magistratura na realização de julgamentos, por meio do estabelecimento de diretrizes que traduzam um novo posicionamento da Justiça, com maior equidade entre homens e mulheres. “O Protocolo, assim como lentes, traz uma visão mais clara e atenta sobre as questões de gênero à magistrada e ao magistrado nos julgamentos e ajuda a romper os estereótipos”, explicou a procuradora de Justiça de Goiás e ex-conselheira do CNJ, Ivana Farina.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Traçando um entendimento sobre a diferença de equidade de gêneros e a igualdade de oportunidades, a palestrante declarou que a igualdade é quando todas e todos têm acesso e podem participar. Já a equidade acontece quando mudamos as oportunidades e garantimos que, além de estar ali, se possa participar sem divisões ou dificuldades. “O Protocolo tem a função de transformar, pela Justiça, uma sociedade tão desigual para dias de pacificação social.”

A pedagoga, analista judiciária e integrante da Comissão da Participação Feminina do [Tribunal de Justiça do Pará \(TJPA\)](#), Riane Freitas, falou sobre os tipos de assédio, a discriminação de gênero e destacou pontos a refletir sobre os termos diferença de gênero e igualdade de gênero. “Historicamente, o sexo biológico sempre foi capaz de selar a sorte e o destino laboral de uma pessoa por toda a sua existência. Ao homem, o espaço público: à mulher, o recinto privado, os afazeres domésticos e a procriação.”

A palestrante também esclareceu sobre o chamado “teto de vidro”, uma barreira sutil e transparente, mas tão forte que evita que as mulheres avancem na hierarquia corporativa. Mas destacou o fato de que, atualmente, os tribunais paraenses (Tribunal Eleitoral, de Justiça e do Trabalho, além dos Tribunais de Contas estadual e do município) são comandados por mulheres. “Hoje, o Pará vive um momento histórico, pois temos cinco mulheres que presidem os nossos tribunais, além das 17 mulheres desembargadoras, enquanto outros estados têm apenas uma. Por isso, é muito importante falarmos de participação feminina na Política.”

Ela ainda destacou o papel da [Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Judiciário](#). “Nosso país está evoluindo no enfrentamento à discriminação e à violência contra a mulher, mas apesar das mulheres desfrutarem de maior proteção legal e ter conquistado maior autonomia, ainda persistem as desigualdades de gênero no âmbito profissional.”

Todas as pessoas que participaram de maneira presencial receberam o [informativo](#) lançado pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Moral e Sexual e da Comissão de Incentivo à Participação Feminina no TRE-PA. O material reúne texto e ilustrações para explicar as diferenças entre os assédios e a discriminação. E, por meio de um QR Code, direciona a pessoa que deseja mais informações sobre o assunto para a [Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Condenado por mais de 100 estupros em Goiás é recapturado no Pará

Ele foi preso em Belém neste domingo (15), informou a polícia

O Liberal

16.05.22 20h17



Wanderson Carvalho agiu entre os anos de 2001 e 2004, em Goiânia e na região metropolitana (Reprodução / Site O Impacto)

Wanderson Alves Carvalho, mais conhecido como "Dentinho", foi recapturado na tarde do último domingo (15) em Belém. Segundo detalhou a Polícia Civil de Goiânia (GO), ele era considerado foragido desde dezembro de 2021, após fugir do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. O estuproador é acusado de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

cometer mais de 100 estupros, que lhe renderem a pena de 196 anos de prisão. As informações são dos veículos O Impacto, Metrôpoles e da TV Ananhguera.

O abusador foi localizado na capital paraense durante um trabalho conjunto da Polícia Penal do Estado de Goiás e das forças de segurança do Pará, conforme informou a Diretoria-Geral de Administração Penitenciária de Goiás.

A fuga

O acusado se aproveitou do momento em que fazia um trabalho de limpeza em uma das unidades do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia para fugir. Na época, a Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP) abriu investigação para apurar as circunstâncias da fuga imediatamente após o episódio.

Segundo a DGAP, o homem tinha sido escoltado da Penitenciária Odenir Guimarães (POG) para base do Grupo de Guaritas e Muralhas (GGM) para realizar os trabalhos, mas, no início da noite, as equipes do Grupo de Guarita, que retornaram à POG perceberam que o preso não havia voltado para o estabelecimento prisional.

Os crimes

Wanderson Carvalho agiu entre os anos de 2001 e 2004, em Goiânia e na região metropolitana. Ele foi preso no ano de 2004 sob a acusação de cometer os estupros. A polícia informou que ele costumava usar uma bicicleta, vestia boné e bermuda. Ele abordava, principalmente, universitárias.

A tática era quase sempre a mesma. Ele pedia uma informação na rua e, quando a mulher ia responder, ele a atacava com uma arma. Em seguida, levava a vítima para uma área baldia, estuprava e roubava pertences, como jóias e celulares.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Wanderson chegou a fugir da prisão numa situação anterior, em maio de 2004, em Paraúna (GO), a 160 quilômetros de Goiânia. Nessa fuga, a polícia levou quase um mês para localizá-lo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Estupros de vulnerável: Pará apresenta 24% de queda de janeiro a abril, indica Segup

São 769 ocorrências registradas no período em 2022 contra 1.006 registros nos quatro meses iniciais de 2021

O Liberal

16.05.22 15h27



Casos de estupros apresentam queda, mas ainda são altos no Pará (Foto: Reprodução)

Levantamento da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) indica que, de janeiro a abril de 2022, foram registradas 769 ocorrências de estupro de vulnerável. Esse total representa uma redução de 24% em relação

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ao mesmo período do ano de 2021, quando 1.006 registros foram realizados, de acordo com a Secretaria.

Já a 1ª Vara da Infância do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) registra 524 casos de estupro de vulnerável em 2021. De janeiro até 5 de maio, mais 135 casos registrados, sendo 10 qualificados (agressão agravada ou morte).

Grave

Na avaliação do advogado Irlan Menezes, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB PA), “os números são altos e atestam a falha do Estado, da família e da sociedade em cumprirem seu dever constitucional de proteger essa população”. Ele observa que tais números não contemplam a totalidade de casos, considerando-se a grave situação de subnotificação de 90%, segundo indicam os estudos - o que corresponderia a 1.235 crianças e adolescentes no referido período.

Sobre a redução em 24% dos casos de janeiro a abril de 2022, em comparação ao mesmo período em 2021, Irlan Menezes considera que “em que pese, num primeiro momento, a aparente redução de casos de estupro de vulnerável registrados, é preciso ter cautela”. “Seria prematuro dizer que essa queda seja de fato uma decrescente de casos; por mais que muitas ações tenham sido tomadas na prevenção do crime, podem existir vários fatores externos que dificultem a notificação, como, por exemplo, o aumento de poder do abusador em face da vítima nesse período de pandemia, seja com ameaças, alienação ou mesmo persuasão para que não se revelem os fatos”, acrescenta.

Em termos de estrutura de prevenção e combate aos casos de estupro de vulnerável, o advogado pontua ser necessário expandir medidas já existentes, de modo a torná-las mais eficazes, como as campanhas de orientação para pais e professores; a implementação de educação infantil sobre os limites do corpo; a condução da sociedade para a desconstrução da visão objetificada da criança

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

e a conscientização de que esta é um sujeito de direito; qualificação dos agentes de segurança para o aprimoramento na condução destes delitos; e a capacitação de profissionais da rede de apoio.

“Ainda, pode ser feito um acompanhamento mais próximo do público de risco através da implementação de um sistema de vigilância com uma equipe multidisciplinar similar ou trabalhando em conjunto com o Programa Saúde da

Família (PSF)”, enfatiza o operador do Direito.

Irlan Menezes salienta que a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é de cunho participativo nas políticas públicas, como, por exemplo, por meio da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que entre outras ações busca a proteção integral dos seres em desenvolvimento, mediante a promoção de palestras, campanhas e atuação nas escolas e entidades ligadas ao poder público.

Três crianças

De acordo com o site Maio Laranja, como informa o TJPA, a cada hora, três crianças são abusadas no Brasil. Mais da metade delas têm entre 1 a 5 anos de idade. Todos os anos, também, cerca de 500 mil crianças e adolescentes são explorados sexualmente no País. Por isso, é realizada a campanha Maio Laranja, mobilização nacional de combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, que conta com a participação do Poder Judiciário do Pará.

A 1ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente possui abrangência na Cidade de Belém. A unidade recebeu por ano, em 2020 e 2021, cerca de 900 processos, que incluem ações penais e cautelares dessa natureza. A juíza titular da unidade, Mônica Maciel Fonseca, explica que mais da metade dos casos notificados é referente a crimes de estupro de vulnerável, ou seja, praticado contra menores de 14 anos de idade.

O TJPA informa, que em 2022, até o dia 4 de maio, já foram recebidos 245 processos na 1ª. VCCA, considerando ações penais e cautelares. Entre eles, 125 estupros de vulnerável; 13 importunações sexuais; três crimes de satisfação de lascívia na presença de crianças e dez estupros qualificados.

Nos anos anteriores, os números foram ainda maiores. Em 2020, ingressaram 939 processos na 1ª. VCCA, considerando ações penais e cautelares. Já em 2021, a Vara recebeu o total de 959 processos, considerando ações penais e cautelares.

“Segundo o site Maio Laranja, há dados que sugerem que somente 7,5% dos crimes contra a criança e o adolescente cheguem a ser denunciados às autoridades, ou seja, os números na verdade são muito maiores”, divulga o TJPA.

A juíza Mônica Maciel, coordenadora da 1ª. VCCA, ressalta a relevância de campanhas como o Maio Laranja, que tenham foco no combate e na orientação sobre como ocorrem esses tipos de violações – geralmente no ambiente familiar - para que sejam evitadas consequências nefastas na vida de crianças e adolescentes. “A maioria dos casos de violência sexual ocorre no ambiente intrafamiliar, e as vítimas, muitas vezes, se sentem culpadas pelo abuso e não encontram apoio na família para fazer a denúncia. E as consequências na vida das vítimas são muito graves, podendo levar a ideações suicidas e até à morte”, enfatiza a magistrada.

O número de notificações de exploração sexual de adolescentes ainda é mais baixo, segundo a juíza. “Há necessidade de se buscar evitar que a sociedade tente banalizar ou até naturalizar essa prática, com consequências igualmente sérias na vida das vítimas, podendo levar à evasão escolar”, observa.

Nesta quarta-feira (18) transcorre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil no Brasil. A data foi instituída em 2000 pelo projeto de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

lei 9970/00. A escolha se deve ao assassinato da menina Araceli, de oito anos, no dia 18 de maio de 1973. A criança foi drogada, estuprada e morta por jovens de classe média alta, em Vitória, no estado do Espírito Santo. Apesar de sua natureza hedionda, o crime até hoje permanece impune.

Nesta data, a Escola Judicial do Estado do Pará (EJPA) realizará um webinar com o tema “Abuso Sexual Infantil - Um Grave Problema de Saúde”, das 16 às 18h via plataforma online da EJPA. Já no dia 20 de maio, será exibido o documentário “Um Crime Entre Nós” e haverá uma Roda de Conversa com o tema “A Exploração Sexual Juvenil” no auditório do Fórum Criminal da Capital, às 9h.

Como denunciar:

Se tiver acontecido no mesmo instante, urgência e emergência 190.

Ou pelo 181 disque denúncia assim como pelo WhatsApp do disque denúncia ((91) 98115-9181)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça determina reintegração de posse de território aos quilombolas no Pará

- [POR ROMA NEWS](#)
- [| 17 DE MAIO DE 2022,](#)
- 08:19

A Vara Agrária de Santarém expediu decisão liminar no último dia 13 de maio, determinando a reintegração de posse do território quilombola Erepecuru à Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Pancada, Espírito Santo, São Joaquim, Araça, Jauari, Varre Vento, Boa Vista, Monte das Oliveiras, Santa Rita, Jarauacá, Poço Fundo e Acau. O território está localizado nos municípios de Óbidos e Oriximiná, e a Ação Possessória foi ajuizada pela associação após tentativas de invasão e ocupação por terceiros. O juízo acompanhou o entendimento do MPPA, pois em março de 2022, a Promotoria de Justiça Agrária da II Região, que acompanha a questão, manifestou-se favorável à reintegração.

De acordo com os fatos narrados no processo, a ACORQE é proprietária e representante legal do TQ Erepecuru, que possui 231.610,2939 hectares, com dois títulos outorgados em favor da associação, um em 1998 pelo Incra, e outro em 2000 pelo Iterpa. Na manifestação do MPPA, a promotoria destaca que os títulos foram reconhecidos pelo Estado Brasileiro após procedimentos administrativos junto aos órgãos fundiários Incra e Iterpa, que reconhecem a área como de ocupação tradicional das comunidades quilombolas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CONTINUE LENDO...

Preço do arroz fica 2,41% mais caros nos supermercados de Belém

Juíza é encontrada morta dentro de carro no estacionamento de prédio em Belém

Agora é Lei: Siririá é patrimônio cultural e imaterial do Pará

A associação requerente sustenta que na época dos processos administrativos de titulação, não se verificou a propriedade de nenhum particular dentro do perímetro, nem foi encontrado Título Definitivo de Compra e Venda em favor de terceiros. Em dezembro de 2021, tomaram conhecimento que o Iterpa estaria provocando manifestação de terceiros para retificação de títulos definitivos de compra e venda, expedidos no início do século passado, cuja intenção era aprovar a retificação de títulos muitos anos após as suas expedições. De acordo com os anciãos e extrativistas coletores de castanha, os imóveis indicados nos processos de retificação estão sobrepostos ao território quilombola.

No dia 15 de janeiro de 2022, os quilombolas do TQ Erepecuru entraram na floresta para coletar castanhas, na região próxima à comunidade Pancada, e se depararam com os requeridos na Ação, que estavam “plaqueando”, inventariando as árvores de interesse comercial e fazendo picadas na mata, além de ameaçarem os quilombolas.

Em março de 2022 a Promotoria de Justiça Agrária da II Região, por meio da promotora de Justiça Herena de Melo, manifestou na Ação Possessória. Ressaltou que o fato do TQ Erepecuru ser titulado pelo Estado Brasileiro assegura à ACORQE e a seus associados o reconhecimento ao direito à propriedade e posse sobre as terras que historicamente e tradicionalmente ocupam.

Além disso, a Associação juntou Autorizações para Exploração Florestal no território, além de fotografias de quilombolas na coleta de castanha e de recibo de matéria prima in natura convencional, demonstrando as atividades agroextrativistas e coleta tradicional na área, conhecida na região. A promotoria

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

manifestou-se favorável ao pedido liminar de reintegração de posse, e pela suspensão dos processos administrativos nº 2021/650927, 2021/210601 e 2021/650987 em trâmite no Iterpa.

Na decisão, o Juiz Manuel Carlos Jesus de Maria afirma que a prova juntada com a inicial demonstra que os títulos que acobertam o domínio e a posse do imóvel rural são autênticos e foram materializados corretamente, em conjunto com a prova colhida na audiência de justificação, e que “a associação autora apresentou indícios suficientes que indicam o exercício da posse de fato legítima, justa, pacífica e de boa fé, anterior ao esbulho praticado pelos réus”.

O juiz determinou a reintegração de posse e confirmou a exclusão de Deugenio Nonato, Edson Souza dos Santos, Francisco Hugo Souza, Hugo Melo de Souza e Diego Melo de Souza da Ação, pois conforme termo de audiência, esses reconheceram a legitimidade do pedido possessório, sendo advertido para que futuramente não facilitem ou ajudem terceiros estranhos adentrarem no território quilombola. O acordo de exclusão foi feito à pedido do MPPA. Permanece no polo passivo o requerido Ulisses Leite de Souza.

A decisão determina que seja oficiado ao Comando Geral da Polícia Militar, para que seja feito levantamento prévio da área do imóvel, para fins de disponibilizar o efetivo Policial Especializado, para a execução e cumprimento do Mandado Liminar Possessório, com a advertência que deve ser cumprido com a devida prudência e cautela, visando garantir a segurança, a integridade física e a restauração da ordem pública.

Com informações da Ascom MPPA.

MP pede instalação de leitos em rede pública no sudeste do Pará

Na última quarta-feira, 11 de maio, a Promotoria de Justiça de Canaã dos Carajás, por meio do Promotor Emerson Costa de Oliveira, instaurou um Procedimento Administrativo para acompanhar a implantação de leitos de Terapia Intensiva no município. O tema é uma pauta recorrente no Ministério Público, que chega a ajuizar, em média, dez ações por mês, solicitando a transferência de pacientes para locais que disponham de leitos de UTI. O caso foi repassado somente nesta segunda-feira, 16, pelo MP.

O MPPA considera que a saúde é um direito fundamental, conforme assegurado na constituição federal, sendo dever do Estado a garantia deste direito através de políticas sociais e econômicas, o que não é posto em prática quando, mesmo sob demanda, a gestão não oferta leitos aos cidadãos para tratamento.

Diante disso, buscando atender às necessidades da população e ciente do fato de que o município arrecada cerca de 2 bilhões por ano em royalties decorrentes da mineração, o Ministério Público acredita que seja possível à administração municipal investir na área da saúde para disponibilização dos leitos.

Foi dada ciência do Processo Administrativo 003/2022 ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais sobre o caso e o acompanhamento das medidas necessárias pelo Ministério Público.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem é preso em flagrante após esfaquear e matar uma pessoa em Benevides, na Grande Belém

Policiais militares e civis foram acionados para encontrar o suspeito, que foi preso logo após o crime.

Por g1 Pará — Belém

16/05/2022 13h57 Atualizado há 18 horas



Caso ocorreu em Benevides, município da Grande Belém. — Foto: Salmo Duarte/Arquivo/NSC

Um homem foi preso suspeito de esfaquear e matar uma pessoa no município de [Benevides](#), na Região Metropolitana de Belém (RMB). O crime ocorreu no sábado (14) e o homem foi capturado e preso em flagrante por policiais militares

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

instantes após o crime, segundo informações divulgadas pela polícia no domingo (15).

De acordo com a Policias Militar (PM), a corporação foi acionada para atender a ocorrência de esfaqueamento e, depois de chegar ao local, isolou a área e colheu detalhes sobre o suspeito, que estaria próximo do local do fato, segundo testemunhas.

Com o apoio da Polícia Civil (PC), foram realizadas diligências para capturar o suspeito, que foi encontrado pelos agentes e preso em flagrante. Ele foi conduzido para a delegacia para a realização dos procedimentos administrativos cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça decreta nulidade do contrato entre Prefeitura de Santarém e Cosanpa e dá prazo para licitação

A decisão determinou prazo de seis meses para contratação de empresa para prestar o serviço público na região metropolitana de Santarém.

Por g1 Santarém e Região — PA

17/05/2022 11h21 Atualizado há 16 minutos



Escritório regional da Cosanpa em Santarém-PA — Foto: Reprodução/TV Tapajós

Em Ação Civil Pública movida pela 9ª Promotoria de Justiça de [Santarém](#), no oeste do Pará, a Justiça decretou no último dia 12, a nulidade do contrato entre o município e a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) e determinou prazo de seis meses para contratação de empresa para prestação do serviço público de saneamento básico para a região metropolitana de [Santarém](#), incluindo Belterra e Mojui dos Campos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Desde 2016, quando foi ajuizada, a ação tramita na justiça, com atuação à época, da promotora de Justiça Maria Raimunda da Silva Tavares, e posteriormente do promotor de Justiça Diego Belchior Ferreira Santana. A decisão do juiz Claytoney Passos determina ainda a substituição da rede de cimento amianto, a ser custeada pela Cosanpa, na região metropolitana de [Santarém](#), no prazo máximo de seis meses.

De acordo com a Promotoria de Justiça, a ACP teve como objeto a rescisão do convênio firmado entre o Município de [Santarém](#) e a Cosanpa, sem pagamento de indenização, em razão da ineficiência do serviço de abastecimento de água. A decisão esclarece que em 17 de janeiro de 2012 foi sancionada a Lei Complementar nº 79/2012, que instituiu a Região Metropolitana de [Santarém](#), composta pelos Municípios de [Santarém](#), Mojuí dos Campos e Belterra. Mesmo com existência da Região Metropolitana desde 2012, o Município de [Santarém](#) firmou, em junho de 2013, isoladamente, o Contrato de Programa nº 01/2013 com a Cosanpa, para a prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário (saneamento básico), com a vigência inicial de 20 anos, podendo ser prorrogado.

Sobre as regiões metropolitanas, a Constituição Federal previu que caberia ao Estado a sua instituição, das microrregiões e aglomerações urbanas. A ausência de regras claras contribuiu para que existisse divergências a respeito da competência sobre os serviços de saneamento básico nessas regiões.

Após 13 anos, em março de 2013, ou seja, antes de se firmar o contrato com a Cosanpa, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu um novo regime jurídico-constitucional para as regiões metropolitanas, definindo pela gestão compartilhada entre o estado-membro e os municípios integrantes. A titularidade seria municipal quando o serviço fosse de interesse local, e a gestão seria compartilhada quando se tratasse de região metropolitana.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A decisão do STF que instituiu a gestão compartilhada dos serviços de saneamento básico nas regiões metropolitanas começou a produzir efeitos em 6 de março de 2015, informa a decisão. Mesmo que na data do contrato (21/06/2013), a decisão ainda não estivesse produzindo efeitos, a determinação do STF de gestão compartilhada, após março de 2015, passou a valer.

“Consequentemente, após esse marco, as decisões não mais poderiam ser tomadas de forma isolada pelo Município de [Santarém](#), e sim com a participação obrigatória de todos os entes públicos atingidos, quais sejam, o Estado do Pará e os demais municípios integrantes da Região Metropolitana de [Santarém](#) (Mojuí dos Campos e Belterra)”, destaca o MPPA na ação.

Como forma de sanar a nulidade ocorrida no contrato, deveria ter havido a sua ratificação pelos municípios de Mojui dos Campos e Belterra, após março de 2015, “o que não houve, perpetuando-se a ilegalidade até a presente data”, destacou. Esses fatos se somam à má prestação do serviço público pela Cosanpa, que tem acarretado irreparáveis prejuízos à população.

Quanto a substituição da rede de cimento amianto, o MPPA informou na ACP sobre a permanência de 8 quilômetros de rede desse tipo em [Santarém](#), construída em 1986, tendo a Cosanpa informado que haveria a substituição em aproximadamente dois anos. Entre 2012 a 2016 houve 90 rompimentos da rede, e os custos para recomposição da massa asfáltica recaem sobre o Município de [Santarém](#), gerando ônus financeiro significativo.

Sobre a nocividade do amianto, em 2017, a Organização Mundial de Saúde (OMS) fez um alerta, considerando o mineral, usado na fabricação de telhas, caixas d’água e tubos, como cancerígeno, e apontando que as doenças relacionadas a ele são consideradas incuráveis. Além disso, a rede em amianto acarreta em vazamentos constantes, prejudicando o abastecimento de água, sendo urgente a sua substituição.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Diante dos fatos, o juiz julgou procedente o pedido do MPPA e decretou a nulidade do Contrato de Programa nº 01/2013, firmado entre a Companhia de Saneamento do Pará e o Município de Santarém, em razão de suas nulidades.

A Justiça determinou a realização de procedimento licitatório, no prazo máximo de seis meses, para contratação de empresa para prestação do serviço público de saneamento básico para a Região Metropolitana de Santarém, considerando as determinações legais, inclusive da LC nº 79/2012 e com a participação dos Municípios de Mojui dos Campos e Belterra.

A prestação do serviço público de saneamento básico permanecerá sob responsabilidade da Cosanpa durante o período que antecede a conclusão do procedimento licitatório, limitado ao prazo de seis meses.

- SANTARÉM

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br